

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

	INDICATIVO	Valores	%
<b>1. ATIVIDADES AVULSAS OU EXTRAJUDICIAIS</b>			
1.1	Consulta	R\$ 266.79	
	Consulta em condições excepcionais	R\$ 666.99	
1.2	Hora intelectual	R\$ 666.99	
1.3	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R\$ 933.78	10%
1.4	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R\$ 666.99	
1.5	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R\$ 1,867.56	
1.6	Cobrança amigável (Art.395 do CC/2002), independente dos honorários contratuais	R\$ 933.78	10%
1.7	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R\$ 1,600.77	10%
1.8	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica	R\$ 1,600.77	
1.9	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 666.99	
1.10	Elaboração de notificação extrajudicial	R\$ 666.99	
1.11	Elaboração de minutas de contrato, distrato, alteração, estatuto, testamento, escritura ou documento	R\$ 2,667.95	3%
1.12	Parecer ou memorial	R\$ 2,667.95	
1.13	Participação e assessoria em assembléias	R\$ 1,333.97	
1.14	Requerimento ou petições	R\$ 933.78	
<b>2. MATÉRIA ADMINISTRATIVA</b>			
2.1	Sindicância e processo administrativo - acompanhamento/defesa	R\$ 2,401.15	10%
2.2	Processo administrativo - Recurso	R\$ 4,668.90	5%
2.3	Ação ou defesa - fase administrativa	R\$ 8,003.84	20%
2.4	Recurso - fase administrativa	R\$ 4,001.92	10%
2.5	Ação ou defesa - fase judicial	R\$ 13,339.73	20%
2.6	Recurso - fase judicial	R\$ 6,669.86	10%
<b>3. ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL</b>			
3.1	Inicial ou contestação e audiência	R\$ 1,067.18	20%
3.2	Atuação em segunda instância	R\$ 800.38	10%
3.3	Sustentação Oral perante Turmas Recursais	R\$ 800.38	10%
<b>4. ATIVIDADES EM MATÉRIA CÍVEL</b>			
4.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa	R\$ 4,802.30	20%
4.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa	R\$ 3,334.93	20%
4.3	Cumprimento de sentença	R\$ 2,667.95	20%
4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença	R\$ 2,667.95	20%
4.5	Execução de título extrajudicial	R\$ 2,667.95	20%
4.6	Impugnação/Embargos à execução de título extrajudicial	R\$ 2,667.95	20%
4.7	Impugnação/Embargos à penhora, à arrematação, à adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais	R\$ 2,667.95	20%
4.8	Processo cautelar específico: incidental ou preparatório	R\$ 2,667.95	10%
4.9	Processo cautelar inominado: incidental ou preparatório	R\$ 3,334.93	20%
	Procedimentos Especiais:	-	
4.10	Consignação em Pagamento	R\$ 3,334.93	20%
4.11	Depósito	R\$ 2,667.95	10%
4.12	Anulação e Substituição de Título ao Portador	R\$ 2,667.95	10%
4.13	Prestação de Contas	R\$ 8,003.84	
	Ações Possessórias:	-	
4.14	Móvel	R\$ 2,667.95	20%
4.15	Imóvel: Interdito Proibitório – Manutenção – Reintegração	R\$ 4,668.90	20%
4.16	Nunciação de Obra Nova	R\$ 3,334.93	10%
4.17	Usucapião	R\$ 4,668.90	20%
4.18	Divisão e Demarcação	R\$ 3,334.93	10%

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

18%

	INDICATIVO	Valores	%
4.19	Embargos de Terceiro	R\$ 4,668.90	10%
4.20	Habilitação	R\$ 3,334.93	10%
4.21	Restauração de autos	R\$ 3,334.93	10%
4.22	Das vendas a crédito com reserva de domínio	R\$ 3,334.93	10%
4.23	Do Juízo Arbitral	R\$ 3,334.93	10%
4.24	Da Ação Monitoria	R\$ 2,000.96	10%
4.25	Desapropriação direta	R\$ 4,001.92	10%
4.26	Desapropriação indireta	R\$ 8,003.84	20%
	Jurisdição Voluntária	-	
4.27	Inominada	R\$ 3,334.93	10%
4.28	Ação de retificação de registro público	R\$ 3,334.93	
4.29	Alvará Judicial	R\$ 1,600.77	20%
4.30	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	-	10%
4.31	Mandado de Segurança	R\$ 5,335.89	20%
4.32	Ação de despejo	R\$ 4,001.92	20%
4.33	Ação renovatória de locação	R\$ 3,334.93	20%
4.34	Ação de revisão e/ou arbitramento de aluguel	R\$ 3,334.93	20%
4.35	Ação de Consignação de aluguel	R\$ 3,334.93	20%
4.36	Atos/acompanhamento despejo/reintegração	R\$ 2,667.95	
4.37	Ação de dissolução de sociedade	R\$ 5,335.89	20%
4.38	Ação de cancelamento de protesto	R\$ 3,334.93	15%
4.39	Mandado de Injunção	R\$ 3,334.93	
4.40	Habeas data	R\$ 3,334.93	
4.41	Ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade intelectual	R\$ 12,672.74	
4.42	Ação indenizadora por prejuízos decorrentes de contratação ou crime em matéria de propriedade intelectual	R\$ 9,337.81	
4.43	Ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade industrial	R\$ 14,006.71	
4.44	Busca e apreensão em matéria de propriedade intelectual e industrial	R\$ 11,338.77	
4.45	Procedimentos sobre propriedade intelectual: depósito de marca ou patente, oposição, recursos, revisão, caducidade, nulidade, etc.	R\$ 3,334.93	
4.46	Análise da documentação e pedido de registro de loteamento ou desmembramento, por grupo de dez lotes	R\$ 3,334.93	10%
4.47	Opção de nacionalidade	R\$ 2,667.95	
<b>5. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS</b>			
5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação	R\$ 4,001.92	20%
5.2	Ação de Restituição e Ação Reivindicatória, até a decisão final	R\$ 4,001.92	20%
5.3	Pedido de Recuperação de Empresa	R\$ 6,669.86	20%
5.4	Pedido de declaração de Insolvência	R\$ 3,334.93	20%
5.5	Habilitação Tempestiva ou Retardatória e Divergência de Crédito	R\$ 3,334.93	20%
5.6	Representação do Falido (sobre o montante do passivo)	R\$ 6,669.86	20%
5.7	Representação do Devedor Insolvente (sobre o montante do passivo)	R\$ 6,669.86	20%
5.8	Representação do Administrador Judicial na Falência ou na Recuperação Judicial	R\$ 8,003.84	10%
<b>6. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES</b>			
<b>Direito de Família</b>			
Divórcio Judicial:			
6.1	Consensual	R\$ 6,002.88	
	Cumulado com alimentos e/ou bens, mais o percentual	R\$ 6,002.88	6%
	Litigioso	R\$ 9,337.81	
	Cumulado com alimentos e/ou bens, mais o percentual	R\$ 9,337.81	10%
6.2	Reconvenção em Divórcio	R\$ 9,337.81	8%
6.3	Ação anulatória de separação judicial, divórcio e/ou rescisória (mais o percentual sobre o patrimônio)	R\$ 8,003.84	8%

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

	INDICATIVO	Valores	%
6.4	Divórcio Extrajudicial em Cartório (mais o percentual sobre alimentos, patrimônio e/ou quinhão)	R\$ 3,334.93	6%
6.5	Dissolução de união estável:	-	
	Consensual	R\$ 6,002.88	
	Cumulada com alimentos e/ou bens, mais o percentual	R\$ 6,002.88	6%
	Litigiosa	R\$ 9,337.81	
	Cumulada com alimentos e/ou bens, mais o percentual	R\$ 9,337.81	10%
6.6	Investigação de paternidade cumulada:	-	
	Com petição de herança, mais o percentual sobre o quinhão	R\$ 9,337.81	10%
	Com petição de alimentos, mais o percentual sobre o valor da causa	R\$ 9,337.81	10%
6.7	Ação Negatória de Paternidade	R\$ 11,338.77	
	Ação Rescisória de Paternidade	R\$ 11,338.77	
6.8	Ação de nulidade ou anulação de casamento	R\$ 11,338.77	
6.9	Ação de Alimentos: Provisórios – Provisionais (Majoração – Redução – Exoneração)	-	
	Proposição e/ou contestação: valor de 03 (três) pensões	R\$ 2,000.96	
6.10	Execução de Alimentos: pena de prisão/penhora	R\$ 2,000.96	
	Proposição e/ou contestação: valor de 03 (três) pensões	-	
6.11	Curatela	R\$ 8,003.84	
6.12	Tutela	R\$ 8,003.84	
6.13	Emancipação	R\$ 3,334.93	
6.14	Suprimento de Outorga	R\$ 4,668.90	
6.15	Adoção:	-	
	Por nacional	R\$ 6,669.86	
	Por Estrangeiro	R\$ 12,672.74	
6.16	Ações cautelares – Direito de Família:	-	
	Arrolamento de bens	R\$ 4,668.90	20%
	Busca e Apreensão de crianças e adolescentes ou bens	R\$ 4,668.90	
	Guarda Provisória	R\$ 4,668.90	
	Regulamentação de Visitas	R\$ 4,668.90	
	Separação de Corpos	R\$ 4,668.90	
	Sequestro de Bens	R\$ 6,002.88	
6.17	Ação ordinária de regulamentação de visitas	R\$ 6,002.88	
6.18	Ação ordinária de busca e apreensão de crianças e adolescentes	R\$ 6,002.88	
6.19	Ação de Interdição ou Levantamento	R\$ 6,669.86	
6.20	Ação de alteração de guarda	R\$ 4,668.90	
6.21	Habeas Corpus (prisão civil)	R\$ 12,672.74	
6.22	Desconsideração da personalidade jurídica	R\$ 8,003.84	20%
6.23	Direito Sucessório	-	
	Inventário, Arrolamento e Sobrepartilha Judicial:	-	
	Sem litígio: 8% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$ 4,668.90	
	Com litígio: 10% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$ 4,668.90	
	Sobrepartilha: aplicam-se os mesmos índices do inventário ou arrolamento	-	
6.24	Inventário Negativo	R\$ 3,334.93	
6.25	Inventário, Arrolamento e Sobrepartilha Extrajudicial:	-	
	6% sobre o monte-mor ou 6% sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$ 3,334.93	
6.26	Reserva de bens	R\$ 3,334.93	10%
6.27	Remoção de Inventariante	R\$ 8,003.84	
6.28	Ação de colação	R\$ 4,668.90	10%
6.29	Ação de doação inoficiosa - 10% sobre os bens excedentes	R\$ 4,668.90	10%
6.30	Ação de sonogados	R\$ 8,003.84	20%

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

	INDICATIVO	Valores	%
6.31	Ação de nulidade de testamento	R\$ 9,337.81	
6.32	Ação anulatória de testamento	R\$ 9,337.81	
6.33	Ação de nulidade de partilha	R\$ 9,337.81	
6.34	Ação de habilitação de herdeiros (sobre o valor habilitado)	R\$ 3,334.93	10%
6.35	Ação de habilitação de crédito (sobre o valor habilitado)	R\$ 3,334.93	10%
6.36	Ação declaratória de indignidade (sobre o valor do quinhão do excluído)	R\$ 6,269.67	20%
6.37	Ação declaratória de deserdação (sobre o quinhão do deserdado)	R\$ 6,269.67	20%
6.38	Retificação de partilha	R\$ 3,334.93	
6.39	Abertura de testamento	R\$ 4,668.90	
<b>7. ATIVIDADES EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA: ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL</b>			
	Fase Administrativa		
7.1	Concessão de benefícios previdenciários: (quatro salários de benefícios ou 20% de uma anuidade)	R\$ 1,600.77	20%
7.2	Concessão de benefícios assistenciais: (três salários de benefícios ou 20% de uma anuidade)	R\$ 800.38	
7.3	Expedição de certidão de tempo de serviço/contribuição	R\$ 1,200.58	
7.4	Justificativa de tempo de serviço	R\$ 1,600.77	
7.5	Recurso administrativo	R\$ 1,600.77	5%
	Fase Judicial	-	
7.6	Ação de concessão de auxílio-doença ou auxílio-acidente do trabalho	R\$ 4,001.92	20%
7.7	Ação de revisão de benefício	R\$ 2,000.96	20%
7.8	Ação de concessão de benefício previdenciário	R\$ 4,001.92	20%
7.9	Ação de concessão de benefício assistencial	R\$ 2,667.95	20%
7.10	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição	R\$ 2,667.95	
7.11	Atuação em fase Recursal	R\$ 3,201.53	10%
<b>8. ATIVIDADES EM MATÉRIA TRABALHISTA</b>			
	Patrocínio de reclamante: sobre a condenação ou acordo	R\$ 1,333.97	20%
8.1	Acréscimo no caso de recurso ordinário	R\$ 933.78	5%
8.2	Acréscimo no caso de recurso de revista e/ou contra-razões	R\$ 933.78	5%
	Patrocínio do reclamado: sobre o valor real do pedido, com pagamento no início da ação	R\$ 3,334.93	20%
8.3	Acréscimo no caso de recurso ordinário sobre o valor do pedido	R\$ 2,401.15	5%
8.4	Acréscimo no caso de recurso de revista sobre o valor do pedido e/ou contra-razões	R\$ 3,334.93	10%
8.5	Execução de Sentença ou Embargos:	-	
	Como mandatário específico para o ato	R\$ 3,334.93	20%
	Se já for mandatário da causa principal, acrescer	R\$ 1,600.77	5%
8.6	Processos cautelares:	-	
	Como medida autônoma	R\$ 2,401.15	20%
	Para reintegração de empregado	R\$ 4,001.92	20%
8.7	Pedido de homologação judicial de demissão de estável e de transação com opção pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sobre o valor da transação	R\$ 3,334.93	20%
8.8	Pedido de assistência à demissão de empregado estável, sobre o valor da transação	R\$ 3,334.93	20%
8.9	DISSÍDIOS COLETIVOS: Representação em dissídio, acordo ou convenção coletiva:	-	
8.10	de empresa de até 100 empregados	R\$ 6,669.86	
8.11	de empresa de 101 até 300 empregados	R\$ 8,003.84	
8.6.3	de empresa de 301 até 600 empregados	R\$ 9,337.81	
8.6.4	de empresa com mais de 600 empregados	R\$ 12,672.74	
8.6.5	de sindicato com até 50 empresas	R\$ 9,337.81	
8.6.6	de sindicato com mais de 50 empresas	R\$ 16,007.67	
8.6.7	de sindicato de empregados: aplicam-se os mesmos valores acima ou, valor recolhido pelo sindicato, a título de contribuição assistencial	-	20%
	O inquérito judicial para a apuração de falta grave de empregado:	-	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

18%

	INDICATIVO	Valores	%
8.7	Defesa do empregado	R\$ 2,667.95	20%
	Propositura do inquérito	R\$ 4,668.90	20%
8.8	Consultoria, sem vínculo empregatício, de sindicato de trabalhadores: na reclamatória do associado, sobre o valor auferido	R\$ 3,334.93	20%
	na reclamatória do não associado, sobre o valor auferido	R\$ 3,334.93	20%
8.9	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresas com menos de 50 empregados	R\$ 6,669.86	
8.10	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresa com mais de 50 empregados	R\$ 9,337.81	
8.11	Habilitação de crédito trabalhista tempestiva/retardatária	-	10%
<b>9. ATIVIDADES EM MATÉRIA FISCAL E TRIBUTÁRIA</b>			
9.1	Procedimento ou defesa administrativa – 1ª. Instância	R\$ 3,334.93	10%
9.2	Procedimento ou defesa administrativa - 2ª. Instância	R\$ 3,334.93	10%
9.3	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco	R\$ 6,669.86	10%
9.4	Ação anulatória de débito tributário (sobre o montante excluído)	R\$ 8,003.84	15%
9.5	Defesa em execução de natureza fiscal, sobre o valor da ação	R\$ 8,003.84	15%
9.6	Ação de Repetição de Indébito (sobre o montante repetido)	R\$ 6,669.86	15%
9.7	Liberação de mercadorias	R\$ 3,334.93	10%
9.8	Outros procedimentos em matéria fiscal ou tributária	R\$ 3,334.93	10%
9.9	Consultoria sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial: Micro e Pequena Empresa	R\$ 1,600.77	
	Ltda	R\$ 4,668.90	
	S/A	R\$ 8,003.84	
	Demais entidades (Ex.: Cooperativas, sociedades civis, etc...)	R\$ 3,334.93	
<b>10. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE CONSUMIDOR</b>			
10.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa	R\$ 4,668.90	20%
10.2	Parecer sobre normas de relação de consumo	R\$ 3,334.93	20%
10.3	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço	R\$ 4,668.90	20%
10.4	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço	R\$ 4,668.90	20%
10.5	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	R\$ 4,668.90	20%
10.6	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a nulidade de cláusulas abusivas constantes em contratos de consumo	R\$ 4,668.90	20%
10.7	Defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação.	R\$ 8,003.84	20%
10.8	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral	R\$ 1,867.56	
	Representação em convenção coletiva de consumo:	-	
10.9	de entidade civil de consumidores	R\$ 3,334.93	
10.10	de associação de fornecedores	R\$ 4,668.90	
10.11	de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores	R\$ 6,669.86	
	Consultoria sem vínculo empregatício	-	
10.12	de empresas de pequeno porte	R\$ 5,335.89	
10.13	de empresas de médio porte	R\$ 7,336.85	
10.14	de empresas de grande porte	R\$ 9,337.81	
10.15	entidade civil de consumidores	R\$ 8,003.84	
10.16	de associações de fornecedores	R\$ 8,003.84	
10.17	de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores	R\$ 10,004.80	
<b>11. ATIVIDADES EM MATÉRIA AMBIENTAL</b>			
11.1	Análise dos aspectos ambientais de contrato	R\$ 2,667.95	3%
11.2	Procedimentos ou defesa administrativa, inclusive auto de infração, sobre o valor econômico	R\$ 4,001.92	10%
11.3	Atuação ou acompanhamento de licenciamento ou certificação ambiental	R\$ 6,669.86	3%
	Processo contencioso:	-	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

	INDICATIVO	Valores	%
11.4	Defesa em Inquérito Civil	R\$ 6,669.86	10%
	Defesa em Processo Civil	R\$ 9,337.81	20%
11.5	Atuação em Ação Civil Pública	R\$ 13,339.73	20%
11.6	Atuação em audiência isolada para coleta de prova	R\$ 1,867.56	
11.7	Acompanhamento de Estudos Ambientais	R\$ 8,003.84	15%
11.8	Parecer sobre interpretação de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou sobre qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado	R\$ 5,335.89	5%
11.9	Processo-crime ambiental	R\$ 16,007.67	
<b>12. ATIVIDADES EM MATÉRIA ELEITORAL</b>		-	
12.1	Queixa, representação ou impugnação	R\$ 8,003.84	
12.2	Defesa em processo eleitoral (investigação judicial ou impugnação de mandato)	R\$ 12,672.74	
12.3	Defesa por Crime Eleitoral	R\$ 18,675.62	
12.4	Outros procedimentos ou atos perante a Justiça Eleitoral	R\$ 6,669.86	
<b>13. ATIVIDADES EM MATÉRIA PENAL</b>		-	
13.1	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais	R\$ 1,600.77	
13.2	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais - horário noturno	R\$ 3,201.53	
13.3	Atuação em inquérito policial (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final	R\$ 8,003.84	
13.4	Ato judicial	R\$ 4,001.92	
13.5	Atos junto a órgãos policiais de dia (das 07 às 19hs)	R\$ 1,600.77	
13.6	Atos junto a órgãos policiais à noite (das 19 às 7hs)	R\$ 4,001.92	
13.7	Exame de processo penal com parecer verbal	R\$ 4,668.90	
13.8	Defesa em procedimento sumário (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 9,337.81	
13.9	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 12,672.74	
13.10	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 18,675.62	
13.11	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 28,013.43	
13.12	Defesa em procedimento de júri (desde a denúncia até a sentença de pronúncia)	R\$ 28,013.43	
13.13	Defesa em procedimento de júri: atuação em plenário e recursos inerentes no Tribunal do Estado	R\$ 28,013.43	
13.14	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)	-	
	Oferecimento de queixa-crime ou representação:	-	
13.15	Pela representação	R\$ 4,668.90	
13.16	Pelo acompanhamento	R\$ 7,070.06	
13.17	Defesa em processo de execução penal	R\$ 9,337.81	
13.18	Pedido de relaxamento de flagrante ou concessão de fiança	R\$ 6,269.67	
13.19	Pedido Incidental de benefício em processo de execução penal	R\$ 6,269.67	
13.20	Acompanhamento de busca e apreensão	R\$ 4,001.92	
13.21	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial	R\$ 8,003.84	
13.22	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> preventivo ou liberatório	R\$ 12,672.74	
13.23	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> preventivo ou liberatório, em horário de plantão	R\$ 18,675.62	
13.24	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> para trancamento de ação penal	R\$ 12,672.74	
13.25	Impetração de Ação autônoma de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional penal	R\$ 12,672.74	
13.26	Impetração de Ação autônoma de revisão criminal	R\$ 12,672.74	
	Atuação em segundo grau:	-	
13.27	a) interposição de apelação	R\$ 9,337.81	
	b) elaboração e apresentação de memoriais	R\$ 4,668.90	
	c) sustentação oral	R\$ 4,668.90	
	d) Embargos Infringentes	R\$ 4,668.90	
	e) Embargos Declaratórios	R\$ 4,001.92	
13.28	Atuação em processo relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente	R\$ 10,938.58	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

18%

	INDICATIVO	Valores	%
13.29	Cumprimento de precatória	R\$ 2,401.15	
13.30	Atuação em audiência por nomeação de juiz	R\$ 2,401.15	
<b>14. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE JUSTIÇA MILITAR</b>		-	
14.1	Atuação em primeira instância	R\$ 8,003.84	
14.2	Atuação em segunda instância	R\$ 8,003.84	
14.3	Impetração de ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i>	R\$ 12,672.74	
<b>15. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE TRÂNSITO</b>		-	
	Fase Administrativa	-	
15.1	Assistência a Defesa Prévia e Recursos de Infração de Trânsito	R\$ 400.19	20%
15.2	Suspensão do Direito de Dirigir por Pontuação	R\$ 800.38	20%
15.3	Suspensão do Direito de Dirigir por infração que preveja essa penalidade administrativa	R\$ 1,600.77	20%
15.4	Sumário de Centro de Formação de Condutores	R\$ 3,334.93	20%
15.5	Sumário de Centro de Remoção e Depósito	R\$ 3,334.93	20%
15.6	Sumário de CRVA	R\$ 3,334.93	20%
15.7	Perante o DETRAN/CETTRAN	R\$ 3,334.93	
	Fase judicial	-	
15.8	Ação ou defesa	R\$ 5,335.89	20%
<b>16. ATIVIDADE EM MATÉRIA DESPORTIVA</b>		-	
16.1	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (1º. Grau CD- Pleno do TJD)	R\$ 1,067.18	
	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (2º. Grau oriundo dos TJDs, CD e Pleno do STJD)	R\$ 2,134.36	
16.2	Procedimentos Especiais junto à Justiça Desportiva	R\$ 2,667.95	
16.3	Ação Cível: procedimento ordinário (proposição ou defesa)	R\$ 6,669.86	20%
16.4	Ação Cível: procedimento sumário (proposição ou defesa)	R\$ 4,001.92	20%
	Ação Trabalhista:	-	
16.5	Patrocínio de reclamante - sobre a condenação ou acordo	R\$ 4,001.92	20%
16.6	- Acréscimo em caso de Recurso Ordinário	R\$ 1,333.97	5%
16.7	- Acréscimo em caso de Recurso de Revista	R\$ 2,667.95	5%
	Ação Trabalhista:	-	
16.8	Patrocínio de reclamado - sobre o valor real do pedido	R\$ 4,001.92	20%
16.9	- Acréscimo em caso de Recurso Ordinário	R\$ 1,333.97	5%
16.10	- Acréscimo em caso de Recurso de Revista	R\$ 2,667.95	5%
16.11	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com mais de 35 atletas e/ou membro (s) de comissão (ões) técnica(s)	R\$ 13,339.73	
16.12	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com menos de 35 atletas e/ou membro (s) de comissão (ões) técnica(s)	R\$ 6,669.86	
16.13	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente às entidades de administração do desporto – âmbito nacional e regional	R\$ 6,669.86	20%
16.14	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente à FIFA e TAS/CAS	R\$ 26,679.46	20%
	Participação em painel (audiência/recurso)	-	5%
16.15	Os valores em matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira	-	
<b>17. ATIVIDADES PERANTE TRIBUNAIS E CONSELHOS</b>		-	
	Procedimentos isolados perante os Tribunais Estaduais e/ou Regionais	-	
17.1	a) Recurso de Agravo de Instrumento	R\$ 4,668.90	
	b) Recurso de Apelação ou contra-razões	R\$ 6,269.67	
	c) Embargos Declaratórios ou Embargos Infringentes	R\$ 4,668.90	
	d) Conflito de jurisdição	R\$ 4,668.90	
	e) Exceção de Suspeição	R\$ 4,668.90	
	f) Outros procedimentos	R\$ 4,668.90	

## TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA OAB/RS

	INDICATIVO	Valores	%
17.2	Recursos perante Tribunais Superiores:	-	
	a) Recurso Especial e Extraordinário (interposição/resposta)	R\$ 12,672.74	
	b) Outros Recursos	R\$ 9,337.81	
	c) Outros procedimentos	R\$ 6,269.67	
17.3	Ação Rescisória – proposição ou defesa	R\$ 8,003.84	20%
17.4	Mandado de Injunção	R\$ 9,337.81	
17.5	Mandado de Segurança	R\$ 9,337.81	
17.6	Atuação perante Tribunal de Contas	R\$ 12,672.74	
17.7	Atuação perante Conselho Profissional	R\$ 8,003.84	
17.8	Atuação perante Conselho Administrativo	R\$ 9,337.81	
	Sustentação Oral:	-	
17.9	a) Tribunais Estaduais, Regionais e Conselhos Estaduais	R\$ 6,669.86	
17.10	b) Tribunais Superiores e Conselhos Federais	R\$ 7,896.00	
<b>18.TABELA DE DILIGÊNCIAS – ADVOCACIA DE CORRESPONDÊNCIA</b>			
18.1	Audiência de conciliação	R\$ 250.00	
18.2	Audiência de Instrução	R\$ 500.00	
18.3	Diligencias	R\$ 150.00	
18.4	Despacho com Juiz, Chefe de Secretaria/Escrivão, Polícia, Fazenda ou Ministério Público	R\$ 300.00	



## INDICATIVO

1.1	Consulta em condições normais Consulta em condições excepcionais
1.2	Parecer ou memorial escrito Parecer ou memorial complexo
1.3	Acompanhamento em órgão público
1.4	Acompanhamento/cumprimento de carta precatória, exames periciais, citação, notificação, intimação e interpelação
1.5	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)
1.6	Exame de documentos em repartição pública
1.7	Requerimento ou petições à autoridade
1.8	Cobrança amigável (Art.395 do CC/2002)
1.9	Consignação em pagamento na via extrajudicial
1.10	Mediação de conflitos e/ou interesses
1.11	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica
1.12	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma
1.13	Elaboração de minutas de contrato, distrato, estatuto, testamento, escritura ou documento
1.14	Hora técnica/intelectual
1.15	Participação e assessoria em assembleias
2.1	Defesa em sindicância e processo administrativo
2.2	Recurso em sindicância ou processo administrativo
2.3	Ação ou Defesa em matéria de direito administrativo
3.1	Petição inicial, contestação e audiência
3.2	Atuação em segunda instância
3.3	Sustentação Oral perante Turmas Recursais
4.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa
4.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa
4.3	Cumprimento de sentença
4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença
4.5	Execução de título extrajudicial
4.6	Impugnação/Embargos à execução de título extrajudicial
4.7	Impugnação/Embargos a penhora, a arrematação, a adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais
4.8	Processos cautelares específicos: (incidente ou preparatória) Ex.: Arresto, Sequestro, Caução, Busca e Apreensão, Exibição, Produção Antecipada de Provas, Alimentos Provisionais, Arrolamento de Bens, Justificação, Protesto, Notificação e Interpelação, etc )
4.9	Processo cautelar Inominado
4.10	Procedimentos Especiais:

4.10.1	Jurisdição Contenciosa:
4.10.1. 1	Consignação em Pagamento
4.10.2	Depósito
4.10.3	Anulação e Substituição de Título ao Portador
4.10.4	Prestação de Contas
4.10.5	Ações Possessórias:
4.10.5.1	Móvel
4.10.5.2	Imóvel: Interdito Proibitório – Manutenção – Reintegração
4.10.6	Nunciação de Obra Nova
4.10.7	Usucapião
4.10.8	Divisão e Demarcação
4.10.9	Embargos de Terceiro
4.10.10	Habilitação
4.10.11	Restauração de autos
4.10.12	Vendas com reserva de domínio
4.10.13	Do Juízo Arbitral
4.10.14	Da Ação Monitória
4.11	Jurisdição Voluntária: (quando não constar de previsão específica)
4.11.1	Ação de retificação de registro público
4.11.2	Alvará Judicial
4.11.3	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso
4.12	Mandado de Segurança
4.13	Ação de despejo
4.14	Ação renovatória de locação
4.15	Ação de revisão e/ou arbitramento de aluguel
4.16	Ação de Consignação de aluguel
4.17	Atos/acompanhamento despejo/reintegração
4.18	Ação de dissolução de sociedade
4.19	Ação de cancelamento de protesto
4.20	Mandado de Injunção
4.21	Habeas data
4.22	Cumprimento de precatória para prova oral ou pericial
4.23	Ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade intelectual
4.24	Ação indenizadora por prejuízos decorrentes de contratação ou crime em matéria de propriedade intelectual
4.25	Ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade industrial
4.26	Busca e apreensão em matéria de propriedade intelectual e industrial
4.27	Procedimentos sobre propriedade intelectual: depósito de marca ou patente, oposição, recursos, revisão, caducidade, nulidade, etc.
4.28	Análise da documentação e pedido de registro de loteamento ou desmembramento, por grupo de dez lotes
5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação
5.2	Ação de Restituição e Ação Reivindicatória, até a decisão final
5.3	Pedido de Recuperação de Empresa
5.4	Pedido de declaração de Insolvência

5.5	Habilitação Tempestiva ou Retardatária e Divergência de Crédito
5.6	Representação do Falido (sobre o montante do passivo)
5.7	Representação do Devedor Insolvente (sobre o montante do passivo)
5.8	Representação do Administrador Judicial na Falência ou na Recuperação Judicial

<b>6.1. Atividade em matéria de Direito de Família</b>	
6.1.1	Separação Judicial: Consensual (mais o percentual sobre o patrimônio) Litigiosa (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.2	Separação Extrajudicial (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.3	Conversão de Separação em Divórcio: Consensual (mais o percentual sobre o patrimônio) Litigioso (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.4	Divórcio Judicial: Consensual (mais o percentual sobre o patrimônio) Litigioso (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.5	Reconvenção em Ação de Separação, Divórcio ou Conversão
6.1.6	Ação Anulatória de Separação Judicial e Divórcio e/ou Rescisória (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.7	Divórcio Extrajudicial (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.8	Dissolução de união estável: Consensual (mais o percentual sobre o patrimônio) Litigiosa (mais o percentual sobre o patrimônio)
6.1.9	Investigação de paternidade cumulada: Com petição de herança, mais % sobre o quinhão Com petição de alimentos, mais % sobre o valor da causa
6.1.10	Ação Negatória de Paternidade Ação Rescisória de Paternidade
6.1.11	<b>Ação de nulidade ou anulação de casamento</b>
6.1.12	Ação de Alimentos: proposição e/ou Contestação Provisórios – Provisionais - Majoração – Redução – Exoneração 03(três) pensões, como valor mínimo
6.1.13	Execução de Alimentos ou defesa: pena de prisão/ penhora 03(três) pensões, como valor mínimo
6.1.14	Curatela
6.1.15	Tutela
6.1.16	Emancipação
6.1.17	Suprimento de Outorga
6.1.18	Adoção: Por nacional Por Estrangeiro
6.1.19	Ações cautelares – Direito de Família: Arrolamento de bens Busca e Apreensão de crianças e adolescentes ou bens Guarda Provisória Regulamentação de Visitas

	Separação de Corpos Sequestro de Bens <b>Desconsideração da personalidade jurídica</b>
6.1.20	Ação ordinária de regulamentação de visitas
6.1.21	Ação ordinária de busca e apreensão de menores
6.1.22	Ação de Interdição ou Levantamento
6.1.23	Ação de alteração de guarda
6.1.24	Habeas Corpus (prisão civil)
6.1.25	Opção de Nacionalidade
	<b>6.2. Atividades em matéria Sucessória</b>
6.2.1	Inventário, Arrolamento e <b>Sobrepartilha</b> Judicial: Como advogado do inventariante: 10% sobre o monte-mor líquido Como advogado do inventariante e dos herdeiros: <b>10%</b> sobre o monte-mor líquido e 2% do quinhão de cada herdeiro Como advogado do herdeiro: 10% sobre o quinhão Sem litígio: <b>8% sobre o quinhão de cada herdeiro</b> Com litígio: <b>10% sobre o monte-mor ou 10% sobre o quinhão de cada herdeiro</b>
6.2.2	Sobrepartilha (aplica-se a mesma tabela do Inventário)
6.2.3	Inventário Negativo
6.2.4	Inventário, Arrolamento e <b>Sobrepartilha</b> Extrajudicial: Como advogado do inventariante: <b>6%</b> sobre o monte-mor líquido Como advogado do inventariante e dos herdeiros: <b>6% sobre o monte-mor líquido ou 6% do quinhão de cada herdeiro.</b>
6.2.5	Sobrepartilha: 10% sobre o monte-mor líquido
6.2.6	Reserva de bens
6.2.7	Remoção de Inventariante
6.2.8	Ação de colação
6.2.9	Ação de doação inoficiosa - <b>10% sobre os bens excedentes</b>
6.2.10	Ação de sonegados
6.2.11	Ação de nulidade de testamento
6.2.12	Ação anulatória de testamento
6.2.13	Ação de nulidade de partilha
6.2.14	Ação de habilitação de herdeiros – 10% sobre o valor habilitado
6.2.15	Ação de habilitação de crédito - <b>10% sobre o valor habilitado</b>
6.2.16	Ação declaratória de indignidade-20% sobre o valor do quinhão do excluído
6.2.17	Ação <b>declaratória</b> de deserdação-20% sobre o quinhão do deserddado
6.2.18	Retificação de partilha
6.2.19	Abertura de testamento

	<b>7.1. FASE ADMINISTRATIVA</b>
7.1.1	Concessão de benefícios: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) auxílio-acidente de trabalho</li> <li>b) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez;</li> <li>c) pensão por morte</li> </ol>

	(honorários equivalentes a três salários de benefícios ou 20% de 12 parcelas vincendas) d) auxílio-doença e amparo assistencial (LOAS) (honorários equivalentes a dois salários de benefício)
7.1.2	Expedição de certidão de tempo de serviço/contribuição
7.1.3	Justificativa de tempo de serviço
7.1.4	Recurso administrativo
7.2.1	<b>7.2. FASE JUDICIAL</b>
	Ação de concessão de auxílio-doença ou auxílio-acidente do trabalho
7.2.2	Ação de revisão de benefício
7.2.3	Ação de concessão de benefício assistencial (LOAS)
7.2.4	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição
7.2.5	Ação de concessão de aposentadoria: por idade, por tempo de serviço/contribuição, aposentadoria especial ou invalidez
8.1	Patrocínio de reclamante: sobre a condenação ou acordo
8.1.1	Acréscimo no caso de recurso ordinário (.....)
8.1.2	Acréscimo no caso de recurso de revista e/ou contra-razões(.....)
8.2	Patrocínio do reclamado: sobre o valor real do pedido, com pagamento no início da ação
8.2.1	Acréscimo no caso de recurso ordinário sobre o valor do pedido
8.2.2	Acréscimo no caso de recurso de revista sobre o valor do pedido e/ou contra-razões
8.2.3	Execução de Sentença ou Embargos: Como mandatário específico para o ato Se já for mandatário da causa principal, acrescer
8.3	Processos cautelares: Como medida autônoma Para reintegração de empregado
8.4	Pedido de homologação judicial de demissão de estável e de transação com opção pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sobre o valor da transação
8.5	Pedido de assistência à demissão de empregado estável, sobre o valor da transação
8.6	DISSÍDIOS COLETIVOS: Representação em dissídio, acordo ou convenção coletiva:
8.6.1	de empresa de até 100 empregados
8.6.2	de empresa de 101 até 300 empregados
8.6.3	de empresa de 301 até 600 empregados
8.6.4	de empresa com mais de 600 empregados
8.6.5	de sindicato com até 50 empresas
8.6.6	de sindicato com mais de 50 empresas
8.6.7	de sindicato de empregados: aplicam-se os mesmos valores acima ou, valor recolhido pelo sindicato, a título de contribuição assistencial
8.7	O inquérito judicial para a apuração de falta grave de empregado: Defesa do empregado Propositura do inquérito Consultoria, sem vínculo empregatício, de sindicato de trabalhadores:

8.8	na reclamatória do associado, sobre o valor auferido na reclamatória do não associado, sobre o valor auferido
8.9	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresas com menos de 50 empregados
8.10	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresa com mais de 50 empregados
8.11	Habilitação de crédito trabalhista tempestiva/retardatária
9.1	Procedimento ou defesa administrativa – 1ª. Instância
9.1.1	Procedimento ou defesa administrativa – Recurso - 2ª. Instância
9.2	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco
9.3	Ação anulatória de débito tributário (sobre o montante excluído)
9.4	Defesa em execução de natureza fiscal, sobre o valor da ação
9.5	Ação de Repetição de Indébito (sobre o montante repetido)
9.6	Liberação de mercadorias
9.7	Outros procedimentos em matéria fiscal ou tributária
9.8	Consultoria sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial:
9.8.1	Micro e Pequena Empresa
9.8.2	Ltda
9.8.3	S/A
9.8.4	Demais entidades (Ex.: Cooperativas, sociedades civis, etc...)
10.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa
10.2	Parecer sobre normas de relação de consumo
10.3	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço
10.4	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço
10.5	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva
10.6	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a nulidade de cláusulas abusivas constantes em contratos de consumo
10.7	Defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação.
10.8	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral
10.9	Representação em convenção coletiva de consumo:
10.9.1	de entidade civil de consumidores
10.9.2	de associação de fornecedores
10.9.3	de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores
	<b>11. Atividades em matéria Ambiental</b>
11.1	Análise dos aspectos ambientais de contrato
11.2	Procedimentos ou defesa administrativa, inclusive auto de infração, sobre o valor econômico
11.3	Atuação ou acompanhamento de licenciamento ou certificação ambiental
11.4	Processo contencioso: Defesa em Inquérito Civil Defesa em Processo Civil
11.5	Atuação em audiência isolada para coleta de prova

11.6	Acompanhamento de Estudos Ambientais
11.7	Parecer sobre interpretação de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou sobre qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado
11.8	Ajuizamento de Ação Pública
11.9	Processo-crime ambiental
12.1	Queixa, representação ou impugnação
12.2	Defesa em processo eleitoral (investigação judicial ou impugnação de mandato)
12.3	Defesa por Crime Eleitoral
12.4	Outros procedimentos ou atos perante a Justiça Eleitoral
13.1	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais
13.2	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais - horário noturno
13.3	Atuação em inquerito policial (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final
13.4	Ato judicial
13.5	Atos junto a órgãos policiais de dia (das 07 às 19hs)
13.6	Atos junto a órgãos policiais à noite (das 19 às 7hs)
13.7	Exame de processo penal com parecer verbal
13.8	Defesa em procedimento sumário (desde a denúncia até a publicação da sentença)
13.9	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)
13.10	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)
13.11	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)
13.12	Defesa em procedimento de júri (desde a denúncia até a sentença de pronúncia)
13.13	Defesa em procedimento de júri: atuação em plenário e recursos inerentes no Tribunal do Estado
13.14	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)
13.15	Oferecimento de queixa-crime ou representação:
13.15.1	Pela representação
13.15.2	Pelo acompanhamento
13.16	Defesa em processo de execução penal
13.17	Pedido de relaxamento de flagrante ou concessão de fiança
13.18	Pedido incidental de benefício em processo de execução penal
13.19	Acompanhamento de busca e apreensão
13.20	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial
13.21	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> preventivo ou liberatório
13.22	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> preventivo ou liberatório, em horário de plantão
13.23	Impetração de Ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i> para trancamento de ação penal
13.24	Impetração de Ação autônoma de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional penal
13.25	Impetração de Ação autônoma de revisão criminal
13.26	Atuação em segundo grau: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) interposição de apelação</li> <li>b) elaboração e apresentação de memoriais</li> </ul>

	c) sustentação oral
13.27	Atuação em processo relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente
13.28	Cumprimento de precatória
13.29	Atuação em audiência por nomeação de juiz
	<b>14. JUSTIÇA MILITAR</b>
14.1	Atuação em primeira instância
14.2	Atuação em segunda instância
14.3	Impetração de ação autônoma de <i>Habeas Corpus</i>
	<b>15. ATIVIDADE EM MATÉRIA DE TRÂNSITO</b>
15.1	Assistência a Defesa Prévia e Recursos de Infração de Trânsito
15.2	Defesa em Processo Administrativo de Suspensão do Direito de Dirigir por Pontuação
15.3	Defesa em Processo Administrativo de Suspensão do Direito de Dirigir por infração que preveja essa penalidade administrativa
15.4	Defesa em Processo Administrativo Sumário de Centro de Formação de Condutores
15.5	Defesa em Processo Administrativo Sumário de Centro de Remoção e Depósito
15.6	Defesa em Processo Administrativo Sumário de CRVA

	Procedimentos isolados perante os Tribunais com sede no Estado
16.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Recurso de Agravo de Instrumento</li> <li>b) Recurso de Apelação ou contra-razões</li> <li>c) Embargos Declaratórios ou Embargos Infringentes</li> <li>d) Conflito de jurisdição</li> <li>e) Exceção de Suspeição</li> <li>f) Outros procedimentos</li> </ul>
16.2	Ação Rescisória – proposição ou defesa
16.3	Mandado de Injunção
16.4	Mandado de Segurança perante Tribunal Estadual
16.5	Mandado de Segurança perante Tribunal Federal
16.6	Recurso ao Tribunal Superior Eleitoral
16.7	Ato ou Recurso ao Superior Tribunal de Justiça
16.8	Recurso Especial ou Extraordinário (interposição/resposta)
16.9	Agravo ao Superior Tribunal de Justiça, ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Tribunal Superior Eleitoral (Interposição ou Resposta)
16.10	Atuação perante TST
16.11	Atuação perante TRFs
16.12	Atuação perante Conselho Administrativo
16.13	Atuação perante Tribunais Administrativos
16.14	Atuação perante Tribunais de Contas